



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

O Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Ampla” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24/04/2017, bem como os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2016, nos termos do item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009 (Formulário de Referência), anexo I ao presente documento.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

1 - Aprovação das contas dos Administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2016, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes

A Administração da Companhia informa, que foram colocados à disposição dos Senhores Acionistas, em 21 de março de 2017, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, BDO RC Auditores Independentes S.S, e o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31/12/2016, aprovados pela Diretoria da Companhia previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

2 - Destinação do lucro líquido do exercício de 2016 e a distribuição de dividendos

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2016 um prejuízo de **R\$ 221.832.356,24** (duzentos e vinte e um milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo II), as informações do Anexo 9-1 II da IN CVM 481. A Companhia ressalta que em função da apuração do prejuízo no exercício, algumas informações solicitadas no referido anexo não são aplicáveis.

3. Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2017

A proposta de remuneração global dos administradores para 2017: **R\$ 17.778.716,69** (dezesete milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos).

Encontra-se anexa ao presente documento (Anexo III) as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

Anexo I - Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo, reforçadas pelo apoio de sua controladora para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados nos últimos três anos, conforme tabela abaixo, a Administração entende que o nível de endividamento da Companhia é compatível com a situação econômico-financeira da empresa e com a expectativa do mercado, considerando o resultado da exitosa negociação de *covenants* realizada em dezembro de 2015 e o cumprimento dos compromissos de respaldo assumidos pela controladora, e que se reflete em um nível de rating similar à das melhores distribuidoras do País.

Em 6 de março de 2017, a Standard & Poor's Rating Services ("S&P") reafirmou os ratings 'BB' na escala global e 'brAA-' na Escala Nacional Brasil atribuídos à Companhia. A perspectiva desses ratings em ambas as escalas permanece negativa. A perspectiva negativa dos ratings corporativos reflete aquela do rating do Brasil. S&P também reafirmou os ratings 'brAA-' atribuídos às 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures da empresa.

A Companhia mantém liquidez e acesso a créditos de mercado e intercompanhia para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outras obrigações. A Ampla Energia encerrou 2016 com o custo da dívida médio em 14,53% a.a., ou CDI + 0,41% a.a. (incluindo o custo de financiamento de longo prazo com recursos da Enel Brasil, predominantemente subordinado às demais dívidas da companhia).

Indicadores de Endividamento	2016	2015	2014
Dívida Bruta / EBITDA	3,50	3,13	1,73
Dívida Líquida / EBITDA	3,03	2,71	1,60
EBITDA / Despesa Financeira Líquida	2,81	2,58	7,07
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,50	0,42	0,41
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,46	0,38	0,39
Indicadores de liquidez	2016	2015	2014
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,39	1,47	1,71
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,81	1,19	1,37
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários/Passivo Circulante)	0,14	0,13	0,12

O cálculo dos indicadores para 2015 e 2016 referidos na tabela acima reflete ajustes negociados com os credores na renegociação dos Covenants.



b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

	Exercício findo em 31/12/2016	Exercício findo em 31/12/2015	Exercício findo em 31/12/2014
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	2.269.847	2.513.420	2.593.172
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	1.964.373	1.557.700	1.664.969
TOTAL (R\$ mil)	4.234.220	4.071.120	4.258.141
Capital Próprio (%)	53,6%	61,7%	60,9%
Capital de Terceiros (%)	46,4%	38,3%	39,1%

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

A companhia não possui ações resgatáveis, portanto os itens 10.b.i e 10.b.ii não são aplicáveis.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final do exercício de 2016, considerando o fluxo de caixa, a situação de liquidez das disponibilidades e o balanço patrimonial da Companhia, observa-se satisfatória capacidade de pagamento dos compromissos financeiros, refletida no cumprimento de todos os *covenants* financeiros assumidos pela Companhia em contratos de financiamentos e emissão de debêntures, conforme apresentados abaixo:

Obrigações Especiais Financeiras - Empréstimos e Financiamentos	Contrato	Valor Compromissado	Índice em 31/12/2016
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA Ajustado (máximo)	BNDES 2011	3,50	3,03
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	BNDES 2011	0,60	0,46
Dívida Bancária Líquida* / EBITDA (máximo)	BNDES 2012 e 2014	3,50	2,11
Dívida Bancária Líquida* / (PL + Dívida Bancária Líquida*) (máximo)	BNDES 2012 e 2014	0,60	0,26
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA Ajustado (máximo)	CITIBANK N.A.	3,50	3,03
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	CITIBANK N.A.	0,60	0,46

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

Obrigações Especiais Financeiras - Debêntures	Contrato - Emissões de Debentures	Valor Compromissado	Índice em 31/12/2016
Dívida Financeira Líquida** / EBITDA (máximo)	6ª, 7ª e 8ª	3,50	3,03
EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas* (mínimo)	6ª e 7ª	1,75	2,81
Dívida Financeira Líquida** / (PL + Dívida Financeira Líquida**) (máximo)	8ª	0,60	0,46

**Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

*Despesa Fin. Líquida = Encargos de Dívida Não Subordinada + Variação Monetária Líquida - Renda de Aplicações Financeiras

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira com os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos de longo prazo, para financiar parte relevante dos investimentos; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida; e (iii) preservar seu nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando a sua geração de caixa, o acesso a mercado para financiamento e o respaldo financeiro da sua controladora, a Companhia é capaz de honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou financiar investimentos futuros.



d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais necessidades de caixa da Companhia compreendem: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas; e (iv) dividendos aos acionistas.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a companhia utiliza-se principalmente de: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais dos programas Baixa Renda; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com BRADESCO e SANTANDER (R\$ 150 milhões); (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos Capex através do Sistema BNDES; (v) empréstimos contratados no mercado financeiro; e (vi) empréstimos intercompanhia realizados pela sua controladora (até R\$ 2.200 milhões já aprovados pela Aneel até dezembro de 2019).

O fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais é suficiente para cobertura das necessidades de recursos da companhia para as operações, e para parte dos investimentos. Complementarmente, a Ampla busca financiamentos, empréstimos bancários, operações no mercado de capitais, operações de mútuo com a controladora, dentre outros instrumentos, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos para realização de investimentos e refinanciamento de dívidas.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro disponíveis através de contratos firmados com o Banco Bradesco no valor de R\$ 50.000 mil, Banco Santander no valor de R\$ 100.000 mil, totalizando R\$ 150.000 mil. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 10 de dezembro de 2019 no valor de até R\$ 2.200.000 mil, dos quais, em 31 de dezembro de 2016, estavam disponíveis o montante de R\$ 1.013.299 mil. Alternativamente as linhas de créditos disponíveis no mercado financeiro, a companhia também poderá acessar o mercado de capitais através de emissões de debêntures ou de notas promissórias.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

Exercícios 2016, 2015 e 2014

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):



Empréstimos (f)	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil S.A.	-	10.183	10.1384
Banco do Brasil S.A.	-	30.424	30.320
Citibank N.A.	126.054	-	-
Santander Chile	250.050	-	-

Total de Empréstimos	376.104	132.237	131.704
-----------------------------	----------------	----------------	----------------

Financiamentos	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
BNDES (CAPEX 2011) (a)	45.795	55.972	66.149
BNDES (CAPEX 2011) (a)	29.593	48.622	67.798
BNDES (CAPEX 2011) (a)	29.605	48.642	67.826
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	53.047	61.313	69.928
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	83.845	106.274	129.199
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	83.879	106.317	129.252
BNDES (CAPEX 2012 - 2013) (b)	2.066	-	-
BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c)	44.758	56.854	-
BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c)	140.027	56.920	-
BNDES (CAPEX 2014 - 2015) (c)	151.392	-	-
Eletrobras (d)	-	-	13.866
Eletrobras (e)	-	-	9.925

Total de Financiamentos	664.007	540.914	553.943
--------------------------------	----------------	----------------	----------------

Partes Relacionadas

Enel Brasil	1.211.976	878.138	-
Total de Empréstimos com Partes Relacionadas	1.211.976	878.138	-

Total de Empréstimos e Financiamentos	2.252.087	1.551.289	685.647
Resultado das Operações de Swap	65.809	-	-

Total de Empréstimos e Financiamentos	2.317.896	1.551.289	685.647
--	------------------	------------------	----------------

Circulante	373.422	119.520	112.914
-------------------	----------------	----------------	----------------

Não Circulante	1.878.665	1.431.769	572.733
-----------------------	------------------	------------------	----------------

Características das operações contratadas:

- Repasso BNDES FINEM/FINAME 2011 - Financiamento para o plano de investimento 2010/2011 da Companhia contratado em 15 de agosto de 2011, no montante total de R\$ 331.397.000,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- Repasso BNDES FINEM/FINAME 2012/2013 – Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 21 de junho de 2013, no montante total de R\$ 450.170.685,00, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.
- Repasso BNDES FINEM/FINAME 2014/2015 – Financiamento para o plano de investimento 2014/2015 da Companhia contratado em 04 de setembro de 2015, no montante total de R\$ 476.612.954,00, em operação



sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES.

- d) Eletrobrás: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.
- e) Eletrobrás: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.
- f) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

Curva de Amortização Emp. e Financ. LP (R\$ Mil)	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	-	109.332
2017	-	168.193	152.278
2018	273.524	148.818	131.593
2019	1.401.522	1.006.496	110.180
2020	104.908	62.582	69.350
2021	74.200	45.680	-
Após 2021	24.511	-	-
	1.878.665	1.431.769	572.733

Debêntures

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
1ª série - 6ª emissão	-	-	58.869	-	59.008	58.500
2ª série - 6ª emissão	95.300	87.831	92.884	164.613	9.638	223.375
1ª série - 7ª emissão	50.302	-	50.624	50.000	428	100.000
2ª série - 7ª emissão	150.482	274.287	12.593	385.551	11.476	348.788
1ª série - 8ª emissão	60.903	100.000	11.050	150.000	8.392	150.000
2ª série - 8ª emissão	60.903	100.000	11.050	150.000	8.392	150.000
(-) Custos a Amortizar	-972	-1.793	-1.202	-2.701	-1.206	-3.903
Total sem Efeito de Swap	416.918	560.325	235.868	897.463	96.128	1.026.760
Resultado das operações de Swap	-787	-	-192	-5.385	-259	-10.381
Total de Debêntures Líquido	416.131	560.325	233.956	892.078	95.869	1.016.379

Em 31 de dezembro de 2016, as debêntures são simples e não conversíveis em ações. Os instrumentos financeiros derivativos (swaps) encontram-se registrados no ativo circulante e não circulante nos valores de R\$ 787 (R\$ 7.297 em 31 de dezembro de 2015).

Características das emissões:



Características	6ª emissão	
	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia	Quirografia
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,2% a.a.	IPCA+7,90% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Características	7ª emissão	
	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia	Quirografia
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.000 debêntures simples	30.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Data de emissão	15 de junho de 2012	15 de junho de 2012
Vencimento inicial	15 de junho de 2016	15 de junho de 2017
Vencimento final	15 de junho de 2017	15 de junho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,02% a.a.	IPCA+6,00% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais



	2016 e 2017	2017, 2018 e 2019
	8ª emissão	8ª emissão
Características	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	15.000 debêntures simples	15.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Data de emissão	16 de julho de 2014	16 de julho de 2014
Vencimento inicial	15 de julho de 2017	15 de julho de 2017
Vencimento final	15 de julho de 2019	15 de julho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	Sem atualização
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,45% a.a.	CDI+1,45% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral
Amortizações	Em três parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2017, 2018 e 2019	2017, 2018 e 2019

6ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

7ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas, assim como reforçar o capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

8ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2014, foi aprovada a 8ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas, assim como reforçar o capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.



A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2016.

Obrigações especiais financeiras	Limites		
	6ª Emissão	7ª Emissão	8ª Emissão
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50	3,50	3,50
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	1,75	1,75	-
Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Patrimônio Líquido) (máximo)	-	-	0,60

A curva de amortização das debêntures registrada no passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

Curva de Amortização das Debêntures - LP (R\$ Mil)	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	-	181.821
2017	-	359.916	339.749
2018	324.176	310.025	289.923
Após 2018	236.149	227.522	215.267
	560.325	897.463	1.026.760

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo, Financ. e Debêntures - Custo (R\$ Mil)	31/12/2016	%	31/12/2015	%	31/12/2014	%
Moeda nacional						
Taxa Fixa	189.920	5,8%	262.223	9,8%	358.058	19,9%
TJLP	369.015	11,2%	366.710	13,7%	394.076	21,9%
Selic	51.392	4,6%	56.919	2,1%	-	0,0%
CDI	1.959.516	59,5%	1.335.832	49,9%	452.483	25,2%
IPCA	607.900	18,5%	655.639	24,5%	593.278	33,0%
Libor	16.609	0,5%	-	0,0%	-	0,0%
Total	3.294.352	100,0%	2.677.323	100,0%	1.797.894	100,0%

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo com instituições financeiras que repassam recursos do BNDES. Além disso, a Companhia dispõe de limites previamente aprovados para realização de novas operações de financiamento de longo prazo para realização de seus investimentos com fundos oriundos de repasse do BNDES.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há condição de subordinação entre as dívidas contraídas pela Companhia que integram as demonstrações financeiras correspondentes aos três últimos exercícios, com exceção dos empréstimos intercompanhia firmados com a Enel Brasil que estão subordinados às emissões de debêntures (6ª, 7ª e 8ª emissões), ao contrato de repasse BNDES nº 000050002509800 e ao contrato de empréstimo com o Citibank S/A. Adicionalmente, para as obrigações do passivo exigível, em eventual concurso universal de credores, a Companhia seguirá a ordem estabelecida no art. 83 da Lei de falências (Nº 11.101).

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de *covenants* financeiros, conforme descrito nas tabelas abaixo:



Obrigações Especiais Financeiras - Empréstimos e Financiamentos	Contrato	Valor Compromissado	Índice em 31/12/2016
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA Ajustado (máximo)	BNDES 2011	3,50	3,03
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	BNDES 2011	0,60	0,46
Dívida Bancária Líquida* / EBITDA (máximo)	BNDES 2012 e 2014	3,50	2,11
Dívida Bancária Líquida* / (PL + Dívida Bancária Líquida*) (máximo)	BNDES 2012 e 2014	0,60	0,26
Dívida Financeira Líquida* / EBITDA Ajustado (máximo)	CITIBANK N.A.	3,50	3,03
Dívida Financeira Líquida* / (PL + Dívida Financeira Líquida*) (máximo)	CITIBANK N.A.	0,60	0,46

* Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

Obrigações Especiais Financeiras - Debêntures	Contrato - Emissões de Debentures	Valor Compromissado	Índice em 31/12/2016
Dívida Financeira Líquida** / EBITDA (máximo)	6ª, 7ª e 8ª	3,50	3,03
EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas* (mínimo)	6ª e 7ª	1,75	2,81
Dívida Financeira Líquida** / (PL + Dívida Financeira Líquida**) (máximo)	8ª	0,60	0,46

**Dívida Financeira Líquida considera a dívida total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados)

*Despesa Fin. Líquida = Encargos de Dívida Não Subordinada + Variação Monetária Líquida - Renda de Aplicações Financeiras

A distribuição de dividendos, alienação de ativos e controle acionário, são realizados em observância dos contratos com o BNDES/Repasse e disposições aplicáveis aos contratos do BNDES, Eletrobrás e condições gerais dos contratos de financiamento com a Eletrobrás.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (*covenants* financeiros) mencionados acima, nem mesmo está em risco de descumprí-los.

Além disso, os contratos relativos à maior parte das dívidas de longo prazo da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration default*), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a aceleração do vencimento de outros contratos.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Contratos	Objeto	Valor Total	Desembolsado	Garantias
<u>Empréstimos</u>				
Citibank N.A	Capital de Giro	150.000	100%	-
Santander Chile	Capital de Giro	277.718	100%	Fiança
<u>Financiamentos</u>				
BNDES Capex 2011	Financiamento do CAPEX 2010/2011	331.397	97%	Recebíveis
BNDES Capex 2012-2013	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Recebíveis
BNDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX 2014/2015	476.613	24%	Recebíveis
<u>Partes relacionadas</u>				
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	1.024.850	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	161.851	100%	-

* Vide nota 18

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras



Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício social findo em 31/12/2016		Exercício social findo em 31/12/2015		Exercício social findo em 31/12/2014		Var. % 2016 x 2015	Var. % 2015 x 2014
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%		
	Receita Operacional	7.576.545	100,0%	8.528.338	100,0%	6.139.919	100,0%	-11,16%
Fornecimento de energia	6.555.189	86,52%	6.325.972	74,18%	4.731.920	77,07%	3,62%	33,69%
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-518.199	-6,84%	885.415	10,38%	415.789	6,77%	-158,53%	112,95%
Baixa renda	42.063	0,56%	49.851	0,58%	60.769	0,99%	-15,62%	-17,97%
Subvenção CDE- Desconto Tarifário	180.275	2,38%	134.715	1,58%	126.801	2,07%	33,82%	6,24%
Suprimento de energia elétrica	77.362	1,02%	66.560	0,78%	54.197	0,88%	16,23%	22,81%
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	310.125	4,09%	246.762	2,89%	164.663	2,68%	25,68%	49,86%
Receita de construção	884.905	11,68%	761.538	8,93%	508.161	8,28%	16,20%	48,86%
Outras Receitas	44.825	0,59%	57.525	0,67%	77.619	1,26%	-22,08%	-25,89%
Deduções da Receita	(3.109.556)	-41,04%	(3.364.923)	100,00%	(1.558.527)	-25,38%	-7,59%	115,90%
ICMS	(1.721.457)	-22,72%	(1.698.658)	-19,92%	(1.211.660)	-19,73%	1,34%	40,19%
PIS	(111.530)	-1,47%	(135.752)	-1,59%	(44.675)	-0,73%	-17,84%	203,87%
COFINS	(513.713)	-6,78%	(625.281)	-7,33%	(205.776)	-3,35%	-17,84%	203,86%
ISS	(3.030)	-0,04%	(3.103)	-0,04%	(2.686)	-0,04%	-2,35%	15,52%
Encargo Setorial CDE	(712.064)	-9,40%	(854.498)	-10,02%	(50.554)	-0,82%	-16,67%	1590,27%
Programa de eficiência energética e P&D	(41.281)	-0,54%	(37.728)	-0,44%	(35.514)	-0,58%	9,42%	6,23%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(6.481)	-0,09%	(9.903)	-0,12%	(7.662)	-0,12%	-34,56%	29,25%
Receita Operacional Líquida	4.466.989	58,96%	5.163.415	60,5%	4.581.392	74,6%	-13,5%	12,7%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	(4.339.873)	-57,28%	(4.987.001)	-58,48%	(3.867.808)	-62,99%	-12,98%	28,94%
Custos e despesas não gerenciáveis	(2.137.790)	-28,22%	(3.162.056)	-37,08%	(2.438.029)	-39,71%	-32,39%	29,70%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.825.602)	-24,10%	(2.792.124)	-32,74%	(2.205.952)	-35,93%	-34,62%	26,57%
Encargo do Uso/de Serviço do Sistema	(312.188)	-4,12%	(369.932)	-4,34%	(232.077)	-3,78%	-15,61%	59,40%
Custos e despesas gerenciáveis	(2.202.083)	-29,06%	(1.824.945)	-21,40%	(1.429.779)	-23,29%	20,67%	27,64%
Pessoal	(161.513)	-2,13%	(187.871)	-2,20%	(162.167)	-2,64%	-14,03%	15,85%
Material e Serviços de Terceiros	(500.096)	-6,60%	(448.293)	-5,26%	(313.473)	-5,11%	11,56%	43,01%
Custo de desativação de bens	(89.150)	-1,18%	(18.008)	-0,21%	(41.008)	-0,67%	395,06%	-56,09%
Depreciação e Amortização	(253.147)	-3,34%	(222.095)	-2,60%	(213.700)	-3,48%	13,98%	3,93%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(214.605)	-2,83%	(128.153)	-1,50%	(51.777)	-0,84%	67,46%	147,51%
Provisões para Contingências	(53.352)	-0,70%	(49.051)	-0,58%	(58.449)	-0,95%	8,77%	-16,08%
Custo de Construção	(884.905)	-11,68%	(761.538)	-8,93%	(508.161)	-8,28%	16,20%	49,86%
Indenizações DIC/FIC	(55.276)	-0,73%	(44.522)	-0,52%	(40.195)	-0,65%	24,15%	10,77%
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(41.154)	-0,54%	(13.005)	-0,15%	(40.849)	-0,67%	216,45%	-68,16%
Receita de Multa por Impontualidade do Cliente	51.115	0,67%	47.591	0,56%	-	0,00%	7,40%	>100%
EBITDA	380.263	5,0%	398.509	4,7%	927.284	15,1%	-4,6%	-57,0%
Resultado do Serviço	127.116	1,7%	176.414	2,1%	713.584	11,6%	-27,9%	-75,3%
Resultado Financeiro	(443.319)	-5,85%	(211.081)	-2,48%	(415.802)	-6,77%	110,02%	-49,24%
Receita Financeira	443.297	5,85%	322.464	3,78%	127.035	2,07%	37,47%	153,84%
Renda de Aplicação Financeira	25.536	0,34%	14.228	0,17%	29.556	0,48%	79,48%	-51,86%
Receita ativo indenizável	139.330	1,84%	171.541	2,01%	-	0,00%	-18,78%	>100%
Multas e acréscimos moratórios	36.904	0,49%	29.614	0,35%	55.166	0,90%	24,62%	-46,32%
Varição Monetária de Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	23.998	0,32%	63.087	0,74%	-	0,00%	-61,96%	>100%
Instrumento Financeiro Derivativo - Hedge/Swap	180.231	2,38%	-	0,00%	-	0,00%	>100%	0%
Variações Monetárias	16.482	0,22%	14.483	0,17%	-	0,00%	13,80%	>100%
Outras Receitas Financeiras	20.816	0,27%	29.511	0,35%	42.313	0,69%	-29,46%	-30,26%
Despesa Financeira	(886.616)	-11,70%	(533.545)	-6,26%	(542.837)	-8,84%	66,17%	-1,71%
Encargo de Dívidas	(343.216)	-4,53%	(233.973)	-2,74%	(140.694)	-2,29%	46,69%	66,30%
Atualização financeira de provisão para contingências	(144.943)	-1,91%	(115.169)	-1,35%	(81.065)	-1,32%	25,85%	42,07%
Encargo de fundo de pensão	(47.447)	-0,63%	(42.920)	-0,50%	(46.522)	-0,76%	10,55%	-7,74%
Variações monetárias	(40.661)	-0,54%	(60.305)	-0,71%	(35.594)	-0,58%	-32,57%	69,42%
IOF	(24.956)	-0,33%	(13.197)	-0,15%	(201.083)	-3,28%	89,10%	-93,44%
Instrumento Financeiro Derivativo - hedge/swap	(216.105)	-2,85%	-	0,00%	-	0,00%	<-100%	0%
Outras despesas financeiras	(69.288)	-0,91%	(67.981)	-0,80%	(37.879)	-0,62%	1,92%	79,47%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	(316.203)	-4,2%	(34.667)	-0,4%	297.782	4,8%	812,1%	-111,6%
Tributos (IR e CSLL)	94.371	1,2%	(567)	0,0%	(102.952)	-1,7%	-16743,9%	-99,4%
Lucro Líquido do Período	(221.832)	-2,9%	(35.234)	-0,4%	194.830	3,2%	529,6%	-118,1%



Resultados 2016x2015

A Ampla Energia encerrou o ano de 2016 com um total de 3.060.357 consumidores, o que representa um crescimento de 2,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial, com 5.896 novos consumidores. Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 216 milhões em 2016.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2016 com 2.610.437 consumidores, um incremento de 0,2% em relação ao ano de 2015. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia em 2016, foi de 11.563 GWh, o que representa uma redução de 1,4% (164 GWh) em relação a 2015, cujo volume foi de 11.727 GWh. Esta redução é o efeito combinado de (i) uma retração observada no mercado cativo da Companhia de 458 GWh, com (ii) uma redução de 10 GWh do volume de energia vendida e transportada para revenda, parcialmente compensada por (iii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres no ano de 2016, 304 GWh superior ao registrado em 2015. A energia transportada gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O consumo do mercado cativo da Companhia apresentou uma redução de 4,7% no ano de 2016 (9.257 GWh) quando comparado ao ano de 2015 (9.715 GWh). Os principais fatores que ocasionaram essa retração no consumo foram (i) a redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de 4,9%, parcialmente compensado pelo, (ii) crescimento vegetativo do mercado cativo em 0,1%.

Com relação às rubricas mencionadas no Demonstrativo de Resultados (tabela acima), apresentamos nossos comentários sobre às variações relevantes observadas em comparação ao exercício anterior.

Receita Operacional

- Fornecimento de Energia Elétrica (incremento de R\$ 229 milhões): Este incremento está associado aos seguintes efeitos (i) Reajuste Tarifário de 2016, aplicado a partir de 15 de março de 2016, que incrementou as tarifas dos consumidores da Ampla em 7,38% em média, parcialmente compensado pela (ii) Redução de 4,7% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.257 GWh no 2016 versus 9.715 GWh no 2015).
- Ativos e passivos setoriais (redução de R\$ 1.404 bilhão): esta redução deve-se, principalmente, a contabilização de passivos regulatórios, que serão deduzidos do próximo reajuste tarifário em abril de 2017, em conjunto, com a recuperação dos ativos setoriais que foram constituídos no ano de 2015, e foram contemplados no reajuste tarifário de 2016. Os passivos regulatórios devem-se, principalmente, a um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa.

Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2016, alcançou o montante de R\$ 6,7 bilhões, o que representa uma redução de 13,8% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 7,8 bilhões.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2016 apresentaram uma redução de R\$ 255 milhões em relação ao ano anterior. Esta redução é o efeito das seguintes variações:

- Tributos (ICMS, PIS, COFINS e ISS): redução de R\$ 113 milhões se deve à redução da base de cálculo para apuração desses tributos, em função do decréscimo na receita bruta da Companhia entre os períodos analisados.
- Encargo Setorial CDE: redução de R\$ 142 milhões devido à redução da cota para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a partir da Reajuste Tarifário de 2016, que passou a vigorar em 15 de março de 2016.



Custos do Serviço/ Despesa Operacional

Os custos do serviço e despesas operacionais em 2016 alcançaram R\$ 4,4 bilhões, uma redução de R\$ 647 milhões em relação ao ano de 2015. Esta redução é o efeito das seguintes variações relevantes:

- *Energia Elétrica comprada para Revenda (redução de R\$ 967 milhões):*
 - (i) Durante o ano de 2016 a Companhia realizou venda de 1.151 GWh no mercado SPOT contra compra de 584 GWh no mesmo período do ano anterior.
 - (ii) Redução de cerca de R\$ 256 milhões nos custos com o contrato de Itaipu no ano de 2016 devido à redução da tarifa desse contrato.
- *Despesas com pessoal (redução de R\$ 26 milhões):* deve-se, principalmente, a uma maior ativação dos custos de pessoal no ano de 2016, em função basicamente de maiores investimentos, em conjunto, com uma reversão de provisão de INSS, devido a pagamentos efetuados a maior em anos anteriores, e com uma redução de 13,5% no número de colaboradores próprios entre os períodos analisados.
- *Material e Serviços de Terceiros (incremento de R\$ 52 milhões):* O incremento se deve ao maior volume de operações (principalmente serviços de cobrança para combate à inadimplência e serviço de manutenção da rede de distribuição) e aos reajustes contratuais entre os períodos comparados.
- *Custo na Desativação de Bens (incremento de R\$ 71 milhões):* Este aumento se deve ao elevado montante de investimentos efetuado entre os períodos analisados, que ocasionaram maiores desativações de bens.
- *Depreciação e Amortização (incremento de R\$ 31 milhões):* Este incremento se deve ao aumento da base de ativos, devido ao elevado montante de investimentos efetuado entre os períodos analisados.
- *Provisões para créditos de liquidação duvidosa (incremento de R\$ 86 milhões):* Este incremento se deve ao aumento da inadimplência entre os períodos comparados em função dos seguintes efeitos:
 - (i) Redução de 6% da base de consumidores Baixa Renda em 2016 comparado com 2015, reflexo do não atendimento às certas exigências por parte destes consumidores e seu consequente descredenciamento. Esses clientes passaram a pagar tarifa normal com consequente aumento da morosidade de seus pagamentos à Companhia.
 - (ii) Impacto da desaceleração da economia, desemprego e salários reais em queda sobre a capacidade de pagamento de clientes.
- *Indenizações DIC/FIC (incremento de R\$ 11 milhões):* Este incremento se deve a maiores provisões para pagamento de indenização aos clientes por não atendimento de limites regulatórios de indicadores de qualidade.
- *Outras Despesas/Receitas Operacionais (incremento de R\$ 28 milhões):* Este aumento é justificado, principalmente, pela receita de venda de bens registrada em 2015.

Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2016, alcançaram o montante de R\$ 1,317 bilhão, o que representa um incremento de 23,8% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 1,063 bilhão.

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia atingiu o montante de R\$ 380 milhões no ano de 2016, o que representa uma redução em relação ao ano de 2015, cujo montante foi de R\$ 399 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2016 foi de 10,62%, o que representa um incremento de 1,57 p.p. em relação a 2015, de 9,05%.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Ampla encerrou o exercício de 2016 em -R\$ 443 milhões, um incremento de R\$ 232 milhões em relação ao ano anterior. Este incremento é o efeito líquido das seguintes variações relevantes:



- Receita do Ativo Indenizável (redução de R\$ 32 milhões): Essa redução é explicada, basicamente, pela variação decorrente da implantação da resolução 674-Aneel ocorrida em dezembro/16. Esta resolução alterou atributos de classificações de alguns ativos, que ocasionaram mudança de vida útil nos bens já presentes no intangível.
- Variação monetária de ativos e passivos financeiros setoriais (redução de R\$ 39 milhões): Essa variação se deve, basicamente, a redução dos ativos regulatórios decorrente de um menor custo de compra de energia no ano de 2016 comparado ao que se encontra na tarifa, ocasionando um maior passivo regulatório e uma menor variação monetária positiva.
- Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap (R\$ 180 milhões): Constituição desta rubrica, a partir de 2016, devido a novas captações realizadas, que possuem este tipo de instrumento. Este valor reflete a marcação a mercado e a variação cambial da ponta ativa dos derivativos (swaps). Em contrapartida, se observa também a variação de R\$ 216 milhões (Instrumento financeiro derivativo – hedge/swap) nas despesas financeiras que correspondem as apropriações da ponta passiva do instrumento.
- Encargos de Dívidas (incremento de R\$ 109 milhões): Este incremento deve-se, principalmente, ao aumento da dívida bruta da companhia entre os anos comparados, em conjunto com a variação de +0,78 p.p. do CDI médio entre os anos 2016 e 2015. Do montante de encargos de dívida em 2016, R\$ 147 milhões refere-se aos encargos dos mútuos subordinados que a Companhia mantém com o seu controlador Enel Brasil.
- Variações Monetárias (redução de R\$ 20 milhões): Esta variação é explicada principalmente pela redução de 4,38 p.p. do IPCA entre os anos comparados.

Tributos (IR/CSLL)

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2016 registraram R\$ 94 milhões de receita de impostos diferidos, a qual é justificada pela redução da base de cálculo destes impostos.

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla registrou em 2016 um prejuízo de R\$ 222 milhões, valor R\$ 187 milhões maior do que o registrado no ano de 2015, R\$ 35 milhões. A Margem Líquida em 2016 foi de -6,19%.

Resultados 2015 x 2014

A Ampla Energia encerrou o ano de 2015 com um total de 2.976.003 consumidores, o que representa um crescimento de 3,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento representa um acréscimo de 86.260 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial, com mais 44.690 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 194 milhões nos últimos 12 meses.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2015 com 2.606.515 consumidores, um incremento de 1,8% em relação ao ano de 2014. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou 2015 com 54 clientes livres, um acréscimo de 1 novo cliente, que representa um incremento de 1,9% em relação ao número registrado no fechamento de 2014.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia em 2015, foi de 11.723 GWh, o que representa uma redução de 0,7% (-80 GWh) em relação a 2014, cujo volume foi de 11.803 GWh.

Esta variação é o efeito combinado de uma retração de 0,6% no mercado cativo da Companhia (-56 GWh) em 2015, em relação ao ano de 2014, impulsionada, ainda, por (i) a redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de 2,3%, (ii) uma redução no volume de energia transportada para os clientes livres, cujo montante no em 2015 foi de 1.584 GWh, 0,3% inferior ao registrado em 2014, de 1.589 GWh (-5 GWh). A energia (transportada) para os clientes livre gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

- Fornecimento de Energia Elétrica para o mercado cativo (incremento de R\$ 1,6 bilhões): Este incremento está associado aos seguintes efeitos (i) Efeito do Reajuste Tarifário de 2015, aplicado a partir de 15 de março de 2015, que incrementou as tarifas dos consumidores da Ampla em 37,34% em média, parcialmente compensado



pela (ii) Redução de 0,6% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.711 GWh no 2015 versus 9.767 GWh no 2014).

- Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros (evolução de R\$ 470 milhões): Esta variação é decorrente, principalmente, (i) do término da vigência do Decreto 8.221/14, que previa a cobertura dos custos com compra de energia (exposição involuntária, risco hidrológico e despacho de térmicas) pela ou Conta-ACR, em conjunto, com a (ii) entrada em vigor do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que durante todo o ano de 2015.

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia, em 2015, alcançou o montante de R\$ 7,8 bilhões, o que representa um incremento de 38,2% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 2,1 bilhões).

As deduções da receita em 2015 apresentaram incremento de R\$ 1,8 bilhões em relação ao ano anterior. Este aumento é o efeito das seguintes variações:

- Os Tributos (incremento de R\$ 998 milhões): Esta variação deve-se, principalmente, ao incremento da base de cálculo para apuração destes tributos, em função do aumento na receita bruta da Companhia os períodos analisados; no caso do PIS/COFINS, além do incremento da receita bruta da Companhia, ocorreram dois outros efeitos que impulsionam a variação acima mencionada: (i) houve o reconhecimento no resultado societário (IFRS) dos valores a receber da parcela A e outros itens financeiros, a partir de dezembro de 2015, por força de aditivo ao contrato de concessão, os quais passaram entrar na base de cálculo destes tributos, e (ii) a publicação da Lei 12.973/14, que a partir de 2015 alterou o regime de tributação, de caixa para competência.
- Encargos Setoriais, especialmente o CDE (aumento de R\$ 809 milhões): O incremento se deve à elevação substancial da cota para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em função do término dos aportes do Tesouro Nacional para o fundo e a necessidade de cobertura deste déficit.

Os custos e despesas operacionais em 2015 alcançaram -R\$ 5,0 bilhões, um incremento de R\$ 1,1 bilhões em relação ao ano de 2014. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

- Energia Elétrica comprada para Revenda (aumento de R\$ 586 milhões):
 - (i) Reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA, indicador que reajusta os CCEARs);
 - (ii) Maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos (especialmente de térmicas), que possuem uma tarifa mais elevada, já incluindo aqueles que oriundos do leilão A-1 de 2014, vigentes a partir de janeiro de 2015, e leilão de ajuste, vigentes a partir de fevereiro de 2015;
 - (iii) Contabilização/reconhecimento das medidas do Governo Federal de auxílio às distribuidoras de energia em 2014, mediante os Decretos 8.203/14 e 8.221/14,
- Encargos de Uso/de Serviço do Sistema (incremento de R\$ 138 milhões): Este incremento se deve, principalmente, à redução do preço teto do PLD, o que ocasionou uma maior quantidade de térmicas sendo despachadas fora da ordem de mérito, refletindo em uma maior incidência do ESS, e em razão, de no ano de 2014 terem sido efetuados repasses pela CDE (ou Conta-ACR) para cobrir os custos com ESS.
- Material e Serviços de Terceiros (incremento de R\$ 135 milhões): O incremento se deve a maiores operações em campo (principalmente serviços de cobrança para combate à inadimplência e serviço de manutenção da rede de distribuição) e aos reajustes contratuais entre os períodos comparados.
- Provisões para créditos de liquidação duvidosa (incremento de R\$ 76 milhões): Este incremento se deve ao aumento da inadimplência entre os trimestres comparados em função dos seguintes efeitos:
 - (i) Efeito do Reajuste Tarifário de 2015, aplicado a partir de 15 de março de 2015, que incrementou as tarifas dos consumidores da Ampla em 37,34% em média;
 - (ii) Entrada em vigor do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que durante todo o 2015 manteve a bandeira vermelha, devido ao custo marginal de operação (CMO), incluindo aquelas em função de segurança energética, ter sido superior a R\$ 388,48 MWh;



(iii) Descadastramento de aproximadamente 51,9% (em média) dos consumidores Baixa Renda de janeiro de 2015 até dezembro de 2015, reflexo do não atendimento à certas exigências por parte destes consumidores e seu consequente desenquadramento (em termos contábeis, isso significa que houve uma “reclassificação” da rubrica Subsídio Baixa Renda para Fornecimento de Energia Elétrica);

(iv) Impacto da desaceleração da economia, inflação elevada, desemprego e salários reais em queda sobre a capacidade de pagamento dos clientes.

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2015, alcançaram o montante de -R\$ 1,1 bilhões, o que representa um incremento de 22,0% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 921 milhões (-R\$ 203 milhões).

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia atingiu o montante de R\$ 351 milhões no ano de 2015, o que representa redução em relação ao ano de 2014, cujo montante foi de R\$ 927 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2015 foi de 7,96%, o que representa uma redução de 14,81 p.p. em relação a 2014, de 22,77%.

Resultados 2014 x 2013

A Ampla Energia encerrou o ano de 2014 com um total de 2.889.740 consumidores, o que representa um crescimento de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento representa um acréscimo de 77.246 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial, com mais 71.747 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 154 milhões nos últimos 12 meses.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2014 com 2.561.514 consumidores, um incremento de 3,0% em relação ao ano de 2013. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou 2014 com 50 clientes livres, um acréscimo de 2 novos clientes, que representa um incremento de 4,2% em relação ao número registrado no fechamento de 2013.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia em 2014, foi de 3.025 GWh, o que representa um incremento de 5,7% (+162 GWh) em relação a 2013, cujo volume foi de 2.863 GWh.

Esta variação é o efeito combinado de (i) uma evolução de 6,3% no mercado cativo da Companhia (+148 GWh) em 2014, em relação ao ano de 2013 (2.494 GWh* versus 2.346 GWh*), impulsionada, ainda, por (ii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres, cujo montante no em 2014 foi de 418 GWh, 2,7% superior ao registrado em 2013, de 407 GWh (+11 GWh). A energia (transportada) para os clientes livre gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O mercado cativo da Companhia apresentou crescimento de 6,3% quando comparado ao ano anterior. O principal fator que ocasionou o aumento do consumo no mercado cativo foi (i) o crescimento vegetativo do mercado cativo, de 3,0%, impulsionado, pelo (ii) incremento na venda de energia per capita no mercado cativo, de 3,3%. A receita operacional bruta da Ampla Energia alcançou, R\$ 6.139 milhões, um acréscimo de 17,3 % em relação a 2013 de R\$ 5.234 milhões. Esse acréscimo é, basicamente, o efeito combinado dos seguintes fatores:

- Fornecimento de Energia Elétrica (incremento de R\$ 390 milhões): este incremento está associado à (i) revisão tarifária de 2014, que incrementou as tarifas em 2,64% em média, a partir de 15 de abril de 2014, em conjunto com (ii) o aumento de 6,3% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.767 GWh no 2014 versus 9.192 GWh no 2013).
- Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros (evolução de R\$ 416 milhões): Este incremento está associado a assinatura do aditivo ao contrato de concessão, essa alteração permitiu a Coelce contabilizar nos seus resultados e balanços societários (IFRS), e no regime de competência, os ativos e passivos setoriais constituídos. A alteração do Contrato se deu conforme o Despacho ANEEL 4.621, de 25 de novembro de 2014.



Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia, em 2014, alcançou o montante de R\$ 5.632 milhões, o que representa um incremento de 17,5% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 4.791 milhões (R\$ 841 milhões).

As deduções da receita apresentaram incremento de 11,9 % em relação ao mesmo período no ano anterior, alcançando - R\$ 165 milhões. Este aumento é o efeito das seguintes variações:

- Os Tributos (incremento de R\$ 136 milhões): ICMS - esta variação, se deve, principalmente ao incremento da base de cálculo para apuração destes tributos (atrelada à receita da Companhia), em função dos efeitos anteriormente expostos, na seção Receita Operacional Bruta. PIS/COFINS – Neste caso, houve redução da base de cálculo, pois a mesma é líquida dos custos de compra de energia. Ademais, houve aproveitamento de crédito de PIS/COFINS, em função da decisão judicial definitiva na ação ordinária que defendeu a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e COFINS.
- Encargos Setoriais, especialmente RGR, CCC e CDE (aumento de R\$ 29 milhões): O incremento acima mencionado se deve basicamente, ao novo valor homologado pela Resolução Nº 1.703/2014 da Aneel (em conjunto com o resultado da revisão tarifária da Ampla), para o encargo setorial CDE. Destaca-se, ainda, o lançamento de R\$ 11,2 milhões na conta da RGR em 2013. Este valor refere-se à reversão do saldo provisionado (passivo) até dezembro de 2012, em função da extinção do referido encargo pela Lei 12.783/13.

O EBITDA da Ampla Energia no ano de 2014, atingiu o montante de R\$ 967 milhões, o que representa estabilidade em relação ao ano de 2013, cujo montante foi de R\$ 968 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2014 foi de 21,08%, o que representa uma redução de 4,06 p.p. em relação a 2013, de 25,14%. Excluindo o efeito da receita de construção, a margem EBITDA da Companhia em 2014 foi de 23,71%, o que representa uma redução de 4,71 p.p. em relação a 2013, de 28,42%.

10.2 Comentários dos Diretores

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A receita da Companhia é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão, somando R\$ 7.576.545 mil em 2016. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Ampla como também as mudanças na economia do Estado do Rio de Janeiro que influenciam o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia.

O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluindo o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia, além de mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla Energia e



regulados pela Aneel. Tais mecanismos prevêm revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ainda, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Em 09 de dezembro de 1996 foi firmado o Contrato de Concessão nº 005/1996 entre a União, por intermédio do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, e a Ampla Energia e Serviços S/A. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela concessionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica da concessão de que esta é titular. O mencionado contrato estabelece, na Segunda Subcláusula da Cláusula Sétima, a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da concessionária, mediante aplicação de fórmula específica, conforme a Quarta Subcláusula da Cláusula Sétima.

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos,

A partir de 01/03/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A partir de 01/02/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

Até 28/02/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos,

De 01/03 até 31/08/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos e

A partir de 01/09/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos.

A partir de 01/02/2016

Patamar 1 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Patamar 2 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Reajuste Tarifário

Em 8 março de 2016 a Resolução homologatória nº 2.023 homologou os resultados do Reajuste Tarifário da Ampla de 2016. O reajuste homologado representou um efeito médio para os consumidores de 7,38%, tendo a seguinte composição: (i) reposicionamento tarifário de 3,25%; (ii) adição de componentes financeiros para o período 2016-2017 de 7,81%; e (iii) subtração de componentes financeiros do período 2015-2016, correspondentes a 3,68%. As novas tarifas passaram a vigorar em 15 de março de 2016.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 10.2. b, o resultado operacional da Ampla Energia é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação afeta os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas a serem corrigidos pela inflação.



A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida financeira denominada em moeda estrangeira que não estejam protegidas contra variação cambial.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável

10.4. Comentários dos Diretores sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado; Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras.

Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

<u>Normas, interpretações e alterações</u>	<u>Aplicação obrigatória para:</u>
Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.	



Normas, interpretações e alterações

Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

IFRS 9: Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Esse projeto foi dividido em 3 fases:

As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) segregação dos ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) extinção do conceito de derivativos embutidos.

Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.

IFRS 15: Receita de contratos com clientes

Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)

IFRS 16 Leases - Arrendamentos

IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil

Aplicação obrigatória para:

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

2015



Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<hr/> <p>Alterações na IAS 19 - Plano de Benefícios Definidos: Contribuições por Parte do Empregado</p> <p><i>O propósito destas alterações é simplificar o tratamento contábil para as contribuições por empregados ou terceiros que não são determinados com base no ano de serviço, tais como contribuições de funcionários calculados de acordo com uma percentagem fixa do salário.</i></p> <hr/>	<hr/> <p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.</p> <hr/>
<hr/> <p>Melhorias Anuais – (Ciclo 2010-2012 e 2011-2013)</p> <p><i>Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24, IAS 38 and IAS 40.</i></p> <hr/>	<hr/> <p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.</p> <hr/>

Pronunciamentos novos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.



Normas, interpretações e alterações

Aplicação obrigatória para:

IFRS 9: Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Esse projeto foi dividido em 3 fases:

Fase 1 – Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Este introduz um enfoque lógico para a classificação dos ativos financeiros de acordo com as características de fluxo de caixa e do modelo de negócios. Esse novo modelo também resulta em um único modelo de impairment sendo aplicado para toda a demonstração financeira.

Fase 2 – Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”). O objetivo deste é o reconhecimento das esperadas perdas de valor de forma tempestiva. A norma requer que as entidades registrem contabilmente as perdas esperadas a partir do momento em que os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Fase 3 – Contabilidade de Hedge. Este estabelece um novo modelo visando refletir um melhor alinhamento entre a contabilidade de hedge e as atividades de gerenciamento de riscos. Inclui também aprimoramentos nas divulgações requeridas.

Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Alterações no IFRS 11: Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias

As alterações à IFRS 11 define que as normas contábeis contidas no IFRS 3 e outras normas pertinentes a contabilização de combinações de negócios devem ser aplicadas para a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

IFRS 15: Receita de contratos com clientes

Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Normas, interpretações e alterações

Aplicação obrigatória para:

Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

As alterações ao IAS 16 proíbe o uso do método baseado na receita de depreciação para imobilizado. A alteração ao IAS 38 introduz a presunção refutável de que, para os ativos intangíveis, o método de amortização baseado nas receitas é inadequado e estabelece duas exceções limitadas.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.



Melhorias Anuais - Ciclo 2012-2014

Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto

A alteração corrige a inconsistência entre o IFRS 10 e o IAS 28, referente ao tratamento contábil da venda ou contribuições de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação

O IASB emitiu alterações ao IAS 1, como parte da iniciativa principal de esclarecer a apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras. Essas alterações destinam-se as companhias que aplicam julgamento profissional para determinar que tipo informação devem ser divulgada nas demonstrações financeiras.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

2014

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS). As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação a data das demonstrações financeiras são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente



revisados pelo mais alto tomador de decisões (“*chief operating decision maker*”), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - distribuição de energia - não sendo aplicável à divulgação específica de uma nota explicativa de “informações por segmento”.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”), bem como as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (“CPC 09”).

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2014. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2)) - Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e devem ser aplicadas retrospectivamente, podendo usufruir de certa desobrigação no período de transição. A exceção à consolidação exige que entidades de investimento contabilizem as operações das controladas a valor justo por meio do resultado. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia, visto que esta não se qualifica para ser uma entidade de investimento, de acordo com o CPC 36 (R3).

Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros – alterações ao CPC 39 - Essas alterações esclarecem o significado de “atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação” e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto material sobre a Companhia.

Renovação de derivativos e continuação da contabilização de hedge – alterações ao CPC 38 - Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar hedges descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de hedge atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não causam impacto sobre a Companhia.

ICPC 19 / IFRIC 21 – Tributos - A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. No caso de um tributo originado ao se atingir um limite mínimo, a interpretação esclarece que nenhum passivo deve ser previsto antes de se atingir o limite mínimo especificado. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, visto que esta aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores.

Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu e revisou as seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substituiu a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

- IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas



A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data.

- Alterações na IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos

Contribuições por parte do Empregado: A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Sempre que as contribuições estiverem ligadas a serviços, devem ser atribuídas a períodos de serviços como um benefício negativo. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço. Essa alteração está em vigor para períodos anuais que se iniciam em 1º de julho de 2014 ou após essa data.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2016, com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a Administração da Companhia, objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu a partir de 1º de janeiro de 2016 a reclassificação das receitas/despesas de multas por impontualidade de “Receitas/Despesas Financeiras” para “Outras Receitas/Despesas Operacionais” uma vez que a multa tem por fim reembolsar a Companhia de danos econômicos sofridos relacionados com a execução de procedimentos de cobrança (aviso de cobrança, reenvio de fatura, e outros) e de receitas de atividades acessórias complementares e outras rendas de “Receita Líquida” para “Outras Receitas/Despesas Operacionais” as quais não são reguladas e tão pouco vinculadas o objeto da concessão. As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos e passivos, do patrimônio líquido, bem como o lucro do período divulgado em 04 de fevereiro de 2016 pela Companhia.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

2016

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2015

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2014

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto diferido

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.



A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.



Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Hedge de fluxo de caixa

Fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge representados por contratos de swap, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures e contra a exposição da taxa de juros do risco de variação das taxas de câmbio de seus empréstimos em moeda estrangeira. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado.

Hedge de valor justo

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado.

A Companhia conta com swap de taxa de juros utilizada para proteger a exposição a variações no valor justo do empréstimo.



Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Provisão para tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis, tributárias e regulatórias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação.

Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As mensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado do exercício, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão.



O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão,

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Como controlada da Enel Américas, que possui títulos negociados na Bolsa de Valores de Nova York, a Companhia se adequou aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), criando uma área de Controles Internos, que tem a função principal de prover razoável segurança sobre a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, realizando a gestão dos riscos relacionados à atividade, bem como, o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos com objetivo de garantir a eficácia e eficiência de seus processos e controles..

Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências, no entanto, sempre que identificadas deficiências, são definidos planos de ação para remedia-las de forma imediata.

Tomando por base testes executados pelos auditores durante todo o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas deficiências de controle significativas ou fraquezas materiais nos controles internos da Companhia.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Nossos auditores externos, durante a execução de seus trabalhos de auditoria do ano de 2016, identificaram a necessidade de aprimoramento em determinados controles internos e fizeram recomendações à nossa administração com relação às medidas de aprimoramento.

Nenhuma delas causou impacto no relatório de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários durante o exercício de 2016.

A última emissão de valores mobiliários realizada pela Companhia foi 8º emissão de debêntures aprovada em 25 de junho de 2014 que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas, assim como reforçar o capital de giro da Companhia. O montante líquido obtido pela emissora com a Oferta foi integralmente destinado ao objetivo mencionado.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.



c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet itens):

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b) natureza e o propósito da operação

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O Plano de Investimentos da Companhia está focado na melhoria da qualidade do serviço, com ênfase nos investimentos em tecnologia para automação da rede que visam obter resultados de forma mais rápida, eficiente e duradoura (melhoria dos indicadores de qualidade). Os Investimentos em novas conexões para atender o crescimento de mercado e em combate as perdas de energia também continuam como prioritários.

Os investimentos previstos para o exercício de 2017 não estão aqui divulgados por que a Companhia não realiza divulgação de estimativas e projeções para o mercado.



Segue abaixo os investimentos realizados referentes aos três últimos exercícios sociais:

Investimentos	2016	2015	2014
Novas Conexões	215.638	193.301	154.104
Rede	488.509	288.609	366.750
Combate às Perdas	164.976	223.061	183.421
Qualidade do Sistema Elétrico	323.533	65.548	124.327
Outros	-	-	59.002
Medidores	-	-	5.347
Outros	273.648	202.922	24.428
Variação de Estoque	(57.022)	119.035	14.714
Total Investido	920.773	803.867	565.343
Aportes / Subsídios	(32.138)	(8.377)	(40.477)
Investimento Líquido	888.635	795.490	524.866

Crescimento Vegetativo (novas conexões): Atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões.

Qualidade: Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

Perdas: Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições, etc.). Tratam-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

Outros: Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis, equipamentos de escritório, informática e comunicação, outros equipamentos de uso geral e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus investimentos com a geração de caixa provenientes de suas atividades operacionais e com recursos para financiar investimentos em demanda, extensão da rede, qualidade do sistema elétrico e combate às perdas, oriundos de fontes de financiamentos de longo prazo (principalmente, repasses BNDES), operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento, como empréstimos junto ao seu acionista controlador.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c) novos produtos e serviços:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas



ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



Anexo II – Destinação do Lucro Líquido

Tendo em vista que a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2016 um prejuízo de R\$ 221.832.356,24 (duzentos e vinte um milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos), não se aplica o preenchimento de alguns itens conforme abaixo especificados.

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício 2016	-
---------------------------------	---

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2016 R\$
Montante Global	-
Valor por Ação	-

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	-
--	---

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A proposta não contempla distribuição de dividendos com base em lucros anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Natureza	Ações Ordinárias
Dividendos	-

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável porque a Companhia encerrou o exercício de 2016 com prejuízo.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento



Não aplicável porque a Companhia encerrou o exercício de 2016 com prejuízo.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não há montante de dividendos já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não há montante de dividendos já declarados

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2016 R\$	2015 R\$	2014 R\$
Lucro/Prejuízo Líquido	-	-	194.830.115,13
Lucro Líquido por Ação	-	-	1,98678727

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2016 R\$	2015 R\$	2014 R\$
Dividendos	-	-	161.446.028,47
Proventos Totais por Ação Ordinária	-	-	1,64635182

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no item II § 1º do artigo 27 do Estatuto Social.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no item II § 1º do artigo 27 do Estatuto Social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais..

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa



Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Não aplicável porque a Companhia encerrou o exercício de 2016 com prejuízo.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Não aplicável porque a Companhia encerrou o exercício de 2016 com prejuízo.

- c. Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável porque a Companhia encerrou o exercício de 2016 com prejuízo.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável porque a Companhia encerrou o exercício de 2016 com prejuízo.

- b. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável porque a Companhia encerrou o exercício de 2016 com prejuízo.

- c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável porque a Companhia encerrou o exercício de 2016 com prejuízo.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva**



Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O item IV do § 1º do artigo 27 do Estatuto Social estabelece uma reserva de reforço de capital de giro. É destinado para essa reserva eventual lucro não distribuído por deliberação da Assembléia Geral, conforme disposto no Estatuto. O saldo dessa reserva não pode exceder 100% (cem por cento) do valor do capital subscrito.

b. Identificar o montante destinado à reserva

O prejuízo de R\$ 221.832.356,24 (duzentos e vinte um milhões, oitocentos e trinta e dois mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos) apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi absorvido por parte do saldo da reserva de reforço de capital de giro constituída em períodos anteriores.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável porque a Companhia encerrou o exercício de 2016 com prejuízo.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para orçamento de capital.



b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina resultado para reserva de Incentivo Fiscal.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável, pois a companhia não destina resultado para reserva de Incentivo Fiscal.

Anexo III – Item 13 do Formulário de Referência (Remuneração da Administração)

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

b) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

iv. razões que justificam a composição da remuneração

a) objetivos da política ou prática de remuneração:

a) objetivos da política ou prática de remuneração:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar, anualmente, o montante global da remuneração dos membros da sua administração.

Adicionalmente, a política de remuneração da Companhia é estipulada considerando, para cada cargo, conhecimentos exigidos, complexidade das atividades e resultados específicos.

A filosofia e as políticas de remuneração se aplicam aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, bem como aos membros da diretoria da Companhia.

b) composição da remuneração:

Conselho de Administração

Dentre os membros do conselho de administração da Companhia, apenas o conselheiro representante dos empregados e os conselheiros independentes fazem retirada, fixa, por reunião participada, de pro-labore.

Diretoria



Os componentes da remuneração dos membros da diretoria da Companhia e a proporção de cada elemento na remuneração total estão descritos a seguir:

Salário-base: salário nominal, também definido como a remuneração fixa; e

Remuneração variável: bônus baseado em metas corporativas e individuais e pagamento anual.

Benefícios: compõem a remuneração indireta de curto prazo. A Companhia oferece benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) check-up médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança (apenas para diretoria da Companhia).

Para a diretoria da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

	2014	2015	2016
Remuneração fixa	64%	65%	60%
Remuneração variável	27%	22%	33%
Benefícios	9%	12%	7%

A metodologia de cálculo para o reajuste da remuneração total da diretoria é definida pelo acionista controlador (Enel Brasil S.A.) considerando os índices de inflação do ano anterior.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração pelo salário-base e benefícios não estão relacionados a indicadores, pois seguem práticas de mercado.

A remuneração variável é baseada em indicadores de desempenho, tais como: geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA; lucro líquido; DEC (Duração Equivalente por Consumidor); FEC (Frequência Equivalente por Consumidor); pesquisa ABRADDEE (ISQP); cobrabilidade; dívida vencida; índice de perdas; clima laboral; acidentes - taxas de frequência e gravidade; orçamento (investimento + OYM + pessoal).

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

O salário-base e os benefícios não são alterados, pois seguem práticas do mercado (conforme descrito acima). A remuneração variável está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração fixa segue padrões de mercado. A remuneração variável está composta por indicadores de desempenho, os quais estão alinhados com os objetivos da Companhia, para garantir a sua sustentabilidade no curto, médio e longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Diretoria da Companhia possui remuneração suportada por algum(s) de seu(s) acionista(s) controlador(s) diretos ou indiretos, conforme divulgado no item 13.15.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão



b) número de membros

c) remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- *salário ou pró-labore*
- *benefícios diretos e indiretos*
- *remuneração por participação em comitês*
- *outros*

i. remuneração variável, segregada em:

- *bônus*
- *participação nos resultados*
- *remuneração por participação em reuniões*
- *comissões*
- *outros*

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

v. remuneração baseada em ações

d) valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

e) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal



Conselho de Administração (Valores em R\$)	2014	2015	2016	2017 (Máximo Previsto)
Número de membros	9	8	7	7
Remuneração Fixa Anual	10.000,00	13.328,00	16.324,00	59.650,69
Salário ou pró-labore	-	-	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	10.000,00	13.328,00	16.324,00	59.650,69
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Remuneração total Conselho de Administração	10.000,00	13.328,00	16.324,00	59.650,69

Mês	Nº Membros (1)
Janeiro	7
Fevereiro	7
Março	7
Abril	7
Mai	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7
Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
Soma	84
Média	7

(1) Conselho de Administração

Diretoria Estatutária (Valores em R\$)	2014	2015	2016	2017 (Máximo Previsto)
Número de membros	9	8	10	10
Remuneração Fixa Anual	4.509.352,88	6.515.689,99	4.803.235,54	11.792.527,72
Salário ou pró-labore	3.950.619,11	5.470.697,79	4.298.294,68	10.552.836,46
Benefícios diretos e indiretos	558.733,77	1.044.992,20	504.940,86	1.239.691,25
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	1.709.388,90	1.886.203,80	2.413.948,90	5.926.538,28
Bônus	1.709.388,90	1.886.203,80	2.413.948,90	5.926.538,28
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Remuneração total da Diretoria Estatutária	6.218.741,78	8.401.893,79	7.217.184,44	17.719.066,00

Mês	Nº Membros (2)
Janeiro	10
Fevereiro	10
Março	10
Abril	10
Mai	10
Junho	10
Julho	10
Agosto	10
Setembro	10
Outubro	10
Novembro	10
Dezembro	10
Soma	120
Média	10

(2) Diretoria

	2014	2015	2016	2017 (Máximo Previsto)
Total Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal	6.228.741,78	8.415.221,79	7.233.508,44	17.778.716,69

Não há Conselho Fiscal.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão

b) número de membros

c) em relação ao bônus:



i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

d) em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Diretoria Estatutária Ampla	2014	2015	2016
Número de membros	9	8	10
Bônus:	1.709.388,90	1.886.203,80	2.413.948,90
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.471.405,64	2.829.305,70	3.218.598,53
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	2.059.504,70	2.357.754,75	2.682.165,44
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.709.388,90	1.886.203,80	2.413.948,90
Em relação à participação no resultado:	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-
Remuneração total da Diretoria Estatutária	1.709.388,90	1.886.203,80	2.413.948,90

Remuneração Variável prevista para o exercício social corrente 2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	10	-	10
Bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	7.111.845,94	-	7.111.845,94
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	5.926.538,28	-	5.926.538,28
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-



13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a) termos e condições gerais
- b) principais objetivos do plano
- c) forma como o plano contribui para esses objetivos
- d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f) número máximo de ações abrangidas
- g) número máximo de opções a serem outorgadas
- h) condições de aquisição de ações
- i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j) critérios para fixação do prazo de exercício
- k) forma de liquidação
- l) restrições à transferência das ações
- m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número de membros
- c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações:



i. data de outorga

ii. quantidade de opções outorgadas

iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis

iv. prazo máximo para exercício das opções

v. prazo de restrição à transferência das ações

vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

· em aberto no início do exercício social

· perdidas durante o exercício social

· exercidas durante o exercício social

· expiradas durante o exercício social

d) valor justo das opções na data de outorga

e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não aplicável.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão

b) número de membros

c) em relação às opções ainda não exercíveis

i. quantidade

ii. data em que se tornarão exercíveis

iii. prazo máximo para exercício das opções

iv. prazo de restrição à transferência das ações

v. preço médio ponderado de exercício

vi. valor justo das opções no último dia do exercício social



d) em relação às opções exercíveis

- i. quantidade*
- ii. prazo máximo para exercício das opções*
- iii. prazo de restrição à transferência das ações*
- iv. preço médio ponderado de exercício*
- v. valor justo das opções no último dia do exercício social*
- vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social*

Não aplicável.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a) órgão

b) número de membros

c) em relação às opções exercidas informar:

- i. número de ações*
- ii. preço médio ponderado de exercício*
- iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas*

d) em relação às ações entregues informar:

- i. número de ações*
- ii. preço médio ponderado de aquisição*
- iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas*

Não aplicável.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) modelo de precificação

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

d) forma de determinação da volatilidade esperada

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.



13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Companhia	Conselho de Administração* Em 31/12/2016	Conselho Fiscal Em 31/12/2016	Diretoria Estatutária Em 31/12/2016
De Emissão da Própria Companhia	0	0	0
Ações Ordinárias	0	0	0
Controladores Diretos ou Indiretos	2	0	0
Enel Brasil S/A	2	0	0
Sociedades Controladas	-	-	-
Sociedades sob Controle Comum	16	0	1
Cia. Energética do Ceará – Ações Preferenciais e Ordinárias	16	0	1
EGP Cachoeira Dourada S/A – Ações Preferenciais e Ordinárias	0	0	0
Centrais Geradoras Termoeletrica Fortaleza S/A – Ações Ordinárias	0	0	0
Companhia de Interconexão Energética S/A – Ações Ordinárias	0	0	0

* Para o Conselho de Administração se considera tanto os membros efetivos como os suplentes

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a) órgão

b) número de membros

c) nome do plano

d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

e) condições para se aposentar antecipadamente

f) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

h) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

O Conselho de Administração não apresenta plano de previdência diferenciado. Em relação à Diretoria estatutária, informamos o que segue:

	Exercício social findo em 31/12/2016
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número de membros	6
c) Nome do plano	PACV – Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável
d) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2
e) Condições para se aposentar antecipadamente	O participante pode aposentar-se pelo plano desde que tenha, no mínimo, 50 anos de idade e cinco anos de contribuição.
f) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	10.123.693
g) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	107.522
h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Ao se desligar da patrocinadora, possuindo 5 anos de contribuição, é possível o resgate de 100% das contribuições corrigidas e parte dos valores aportados pela patrocinadora (2/12% ao mês até o máximo de 50%).

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

a) órgão

b) número de membros

c) valor da maior remuneração individual

d) valor da menor remuneração individual

e) valor médio de remuneração individual

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Nos casos de dispensa sem justa causa, ou por motivo de reorganização societária, não existe nenhuma previsão contratual de pagamento de indenização nem de manutenção de benefícios.

Entretanto, o pagamento de indenizações, benefícios e/ou consultoria de recolocação profissional, fica a critério e liberalidade da Companhia.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária



ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Conselho de Administração	2014	2015	2016
Remuneração Total Conselho de Administração	10.000,00	13.328,00	16.324,00
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	0%	0%	0%

Diretoria Estatutária	2014	2015	2016
Remuneração Total Diretoria Estatutária	6.218.741,78	8.401.893,79	7.217.184,44
Remuneração Diretores Ampla (apenas)	3.605.963,85	4.682.533,86	3.970.433,70
Remuneração dos Diretores que também são Diretores da Enel Brasil	2.612.777,93	3.719.359,93	3.246.750,74
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	42%	44%	45%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Conselho de Administração	2014	2015	2016
Remuneração em:	-	-	-
Controladores Diretos e Indicadores	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-

Diretoria Estatutária	2014	2015	2016
Remuneração em:			
Controladores Diretos e Indicadores	177.053,41	798.482,91	577.555,96
Fixa	112.477,83	519.913,58	343.971,49
Variável	64.575,58	278.569,33	233.584,47
Sociedades sob Controle Comum	1.924.140,47	3.331.041,60	1.296.164,14
Fixa	1.222.360,79	2.168.930,29	771.948,60
Variável	701.779,68	1.162.111,31	524.215,54
Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-



Exercício social 2016 - remuneração recebida em função do exercício do cargo emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	577.555,96	-	577.555,96
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	1.296.164,14	-	1.296.164,14

Exercício social 2016 - demais remunerações, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens acima.